

RECURSO ESPECIAL Nº 1.844.856 - SC (2019/0318617-1)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RECORRIDO : MARTA SILENE CANSIAN BATTISTELLA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, fundamentado na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal local que deu parcial provimento à apelação da defesa.

Os elementos existentes nos autos indicam que o réu foi condenado às penas de 10 (dez) meses de detenção, em regime inicial aberto e 16 (dezesesseis) dias-multa, pela prática de crime contra a ordem tributária e à reparação de danos no montante de R\$ 20.603,93 (vinte mil, seiscentos e três reais e noventa e três centavos).

O Tribunal de origem, reformando a sentença, afastou a condenação quanto à reparação do dano.

Nas razões do presente recurso especial, o réu aponta violação do art. 387, IV do Código de Processo Penal.

Suscita, em síntese que, embora a Fazenda Pública disponha de outros meios para buscar a reparação do dano, esta é devida pela recorrida.

Contrarrazoada a insurgência (e-STJ fls. 221-224), após o juízo prévio de admissibilidade (e-STJ fls. 226-229), os autos ascenderam ao Superior Tribunal de Justiça.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal, na condição de *custos legis*, ofertou parecer pelo provimento do inconformismo (e-STJ fls. 246-251).

É o relatório.

Satisfeitos os pressupostos de admissibilidade, passa-se ao exame recursal.

Ao manifestar-se sobre a questão posta a debate, o Tribunal de origem concluiu que (e-STJ fls. 184):

[...] No que diz respeito ao pedido de afastamento da condenação à reparação do dano, o recurso comporta acolhimento, isso porque, predomina o entendimento neste Sodalício de que o Estado de Santa Catarina possui condições de cobrança dos valores tributários por meio de ação judicial, através de título executivo próprio (certidão de dívida ativa - CDA).

Assim sendo, não se faz necessária a fixação de valor mínimo para a reparação do dano pelo juízo criminal.

É entendimento sedimentado nesta Corte Superior de Justiça que a fixação do valor mínimo para efeito de reparação do dano prevista no inciso IV, do art. 387 do Código de Processo Penal exige, além do pedido expresso do Ministério Público ou do ofendido, a instrução específica para possibilitar a defesa da parte contrária.

No caso dos autos, denota-se que o órgão ministerial fez o pedido expresso

de tal regramento (e-STJ fls. 8/9). No entanto, não houve instrução específica, obstando que a recorrida apresentasse suas contrarrazões, o que vai de encontro à orientação jurisprudencial desta Corte.

A propósito (**grifos acrescidos**):

PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 272 DO CP. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE NOCIVIDADE AO ORGANISMO OU REDUÇÃO DO VALOR NUTRITIVO NA DEFORMAÇÃO DO ÓLEO DE SOJA DEGOMADO UTILIZADO PARA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS. ABSOLVIÇÃO. REPARAÇÃO DE DANO MORAL. PEDIDO EXPRESSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. AUSÊNCIA DE INSTRUÇÃO ESPECÍFICA. VIOLAÇÃO DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. AUSÊNCIA DE VÍCIOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração têm a finalidade simples e única de completar, aclarar ou corrigir uma decisão ambígua, omissa, obscura

ou contraditória, conforme dispõe o art. 619 do CPP.

*2. Esta Corte Superior, ao analisar a questão, posicionou-se de forma clara, adequada e suficiente ao concluir: (i) que, a partir da moldura fática apresentada pelo Tribunal a quo, não ficou demonstrada que a adulteração em questão tornou o produto nocivo à saúde ou reduziu-lhe o valor nutritivo, ou seja, pela leitura do Laudo de Exame de Perícia Criminal de Identificação de Substância, considerado pela origem, não há qualquer afirmação acerca da comprovação de nocividade ao organismo ou da redução do valor nutritivo na deformação do óleo de soja degomado utilizado para a produção de alimentos, não restando comprovados todos os elementos do tipo penal para a condenação pelo crime do art. 272 do CP; (ii) **que a reparação de danos, além de pedido expresso, pressupõe a indicação de valor e de prova suficiente a sustentá-lo, possibilitando ao réu o direito de defesa com indicação de quantum diverso ou mesmo a comprovação de inexistência de prejuízo material ou moral a ser reparado, o que não ocorreu no caso em análise, em que, apesar de ter havido pedido expresso do Ministério Público na denúncia para a fixação de valor para a reparação do dano, nos termos do art. 387, inciso IV, do CPP, não houve instrução específica, o que afastou do acusado a possibilidade de se defender e produzir contraprova, o que implica em cerceamento de defesa.***

3. Por meio dos aclaratórios, é nítida a pretensão da parte embargante em provocar o re julgamento da causa, situação que, na inexistência das hipóteses previstas no art. 619 do CPP, não é compatível com o recurso protocolado.

4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg no AREsp 1.361.693/GO, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe

20/05/2019)

AGRAVOS REGIMENTAIS NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. ART. 387, INCISO IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. EXISTÊNCIA DE PEDIDO EXPRESSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS CAUSADOS PELO DELITO. INEXISTÊNCIA DE INSTRUÇÃO ESPECÍFICA NO CURSO DO PROCESSO. INOBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. PRECEDENTES. PLEITO PARA FIXAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE DANOS MORAIS. INSTRUÇÃO PROBATÓRIA PRÓPRIA. PRESCINDÍVEL. AGRAVO REGIMENTAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL PROVIDO. AGRAVO REGIMENTAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PARCIALMENTE PROVIDO.

1. No tocante à pleito atinente aos danos materiais, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça está plasmada no sentido de que "a fixação de valor mínimo para reparação dos danos materiais causados pela infração exige, além de pedido expresso na inicial, a indicação de valor e instrução probatória específica, de modo a possibilitar ao réu o direito de defesa com a comprovação de inexistência de prejuízo a ser reparado ou a indicação de quantum diverso" (AgRg no REsp 1.724.625/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 21/06/2018, DJe de 28/06/2018.).

2. No que concerne ao pleito para que seja estabelecida indenização mínima a título de danos morais, o posicionamento esposado por esta Corte Superior de Justiça é no sentido de que, havendo pedido expresso na inicial, a fixação do quantum indenizatório a esse título prescinde de instrução probatória específica.

3. Agravo regimental do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul provido. Agravo regimental do Ministério Público Federal parcialmente provido. (AgRg no REsp 1.745.628/MS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 03/04/2019)

Dessa forma, é de ser mantido o afastamento do valor mínimo para a reparação do dano previsto no art. 387, I do CPP.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **nega-se provimento ao recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator